



COMO EXPANDIR A EDUCAÇÃO SUPERIOR SEM FINANCIAMENTO?

Fábio J. Garcia dos Reis
29/10/2010



Desde janeiro, o Departamento de Educação dos Estados Unidos está negociando novas regras com os diferentes atores que atuam na educação superior com o objetivo de instituir algumas deliberações no Higher Education Opportunity Act, que regulamenta o financiamento federal para os estudantes.

A regra que tem gerado maior polêmica é a que requer que alunos das "for-profit institutions" não possam contrair uma dívida de financiamento se a projeção do seu salário, após terminar a graduação, não for compatível com o empréstimo solicitado. Como o Estado financia o aluno das instituições privadas, mas o estudante não consegue pagar o empréstimo em função dos baixos salários ou mesmo do desemprego, o governo americano questiona se deve continuar financiando estudantes de instituições com fins lucrativos.

O exemplo dos EUA pode servir de parâmetro para a discussão do assunto aqui no Brasil, embora não necessariamente como modelo, pois os sistemas são diferentes. Entre nós, o tema principal do debate ainda é o da urgente necessidade de expansão do ensino superior, mas ele passa obrigatoriamente pela questão do financiamento. Afinal, como vamos expandir nosso sistema de educação superior sem financiamento?

Estão matriculados no ensino superior apenas 13,7% dos jovens brasileiros de 18 a 24 anos

No Brasil, apenas 13,7% dos jovens de 18 a 24 anos estão matriculados em instituições de ensino superior, sendo que 25% deles estudam em instituições públicas, enquanto o setor privado é responsável por 75% das matrículas. Nos EUA, mais de 60% dos jovens nessa faixa etária estão na universidade e, ao contrário do Brasil, 73% deles estudam em instituições públicas e 27% em instituições privadas. Por sua vez, apenas 6,2% dos alunos matriculados no ensino superior brasileiro têm financiamento reembolsável, número muito negativo quando comparado com os EUA, onde mais de 50% dos universitários recebem algum tipo de financiamento estudantil.

O Brasil investe pouco no financiamento da sua educação superior. Não só o percentual brasileiro é muito baixo, como a sua evolução é negativa. Um país que ostenta uma das piores taxas de escolarização líquida, e que possui um baixo número de vagas ofertadas nas universidades públicas, não poderia jamais ter apenas 6,2% dos estudantes com acesso a financiamento estudantil, um índice que era de 8,1% em 2005, e vem caindo desde então.

O Ministério da Educação e os dirigentes públicos continuam se recusando a discutir a cobrança de mensalidade nas instituições de ensino superior públicas brasileiras, sob o argumento que a educação é um bem público, um dever do Estado e, portanto, a oferta pública de educação precisa ser integralmente financiada pelo Estado. Mas poderíamos inverter a discussão. Se o ensino é um bem público, as pessoas que se formam nas instituições públicas utilizam suas habilidades e conhecimentos para o benefício público ou privado? Qual o real retorno para a sociedade? Como as instituições públicas fazem o controle do gasto dos recursos públicos?

Nos EUA, o ensino superior é pago, inclusive em todas as instituições públicas. Segundo o Almanac Issue 2009-2010, um relatório sobre a educação superior publicado pelo jornal "The Chronicle", o preço médio de uma instituição de ensino superior pública (4 anos), com taxas e mensalidades, é de US\$ 5,9 mil

(cerca de R\$ 10,2 mil). Já em uma instituição privada (4 anos), nas mesmas condições, é de US\$ 21,5 mil (cerca de R\$ 37 mil). No Brasil, segundo dados o Sindicato das Entidades Mantenedoras de Estabelecimentos de Ensino Superior no Estado de São Paulo (Semesp), um aluno do curso superior matriculado em uma universidade pública custa anualmente aos cofres públicos R\$ 15 mil, o que representa três vezes mais o custo médio de um aluno matriculado numa instituição privada.

Os EUA gastaram, em 2008, mais de US\$ 10 bilhões em algum tipo de auxílio para os estudantes. No Brasil, segundo informações do Semesp, o governo brasileiro gasta por ano cerca de R\$ 860 milhões por meio do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES) e do Programa Universidade para Todos (ProUni). Esse valor representa cerca de US\$ 480 milhões, ou seja, nem um décimo do gasto americano.

O Departamento de Educação dos EUA abriu o debate sobre as regras de financiamento. Aqui, uma boa oportunidade para o debate desse assunto aconteceu em setembro, em São Paulo, quando o especialista em educação sênior do Banco Mundial, Michael Crawford, apresentou alternativas para ampliação do financiamento e do acesso à educação superior durante fórum sobre o ensino superior particular brasileiro. Mas o que ressaltou no evento foi que o foco precisa estar na construção de um sistema de educação superior em que as regras sejam discutidas pelos atores que atuam no interior do sistema, exatamente como está ocorrendo nos EUA.

O Brasil corre o risco de ser pouco competitivo no que se refere a inovação e conhecimento se não aumentar o acesso ao ensino superior, repensar seus indicadores de qualidade na educação superior e estabelecer um Plano Nacional de Educação (PNE) com objetivos e metas coerentes com a nossa realidade e que tenha como parâmetro indicadores internacionais. No geral, as atuais propostas são ideológicas. E, sem uma mudança nessa linha de pensamento, o país não conseguirá promover a expansão do seu sistema de educação superior, com graves consequências para o futuro de toda uma geração.

Fábio José Garcia dos Reis é professor e diretor acadêmico do Centro Universitário Salesiano de São Paulo (Unisal) e doutor em História Social pela USP.

<http://www.valoronline.com.br/impresso/opiniao/98/329615/como-expandir-a-educacao-superior-sem-financiamento>

COMISSÃO TERÁ 60 DIAS PARA APURAR RESPONSABILIDADES PELO "RODEIO DAS GORDAS"

Comissão instaurada ontem pela Unesp terá 60 dias para apurar responsabilidades pelo "Rodeio das Gordas". Cerca de 50 alunos participaram da agressão.

ELIANE TRINDADE
DE SÃO PAULO
29/10/2010 - 10h13

Na portaria que dá início formal ao processo disciplinar são citados nominalmente os estudantes Roberto Paulo de Freitas Negrini e Daniel Prado de Souza. Negrini é apontado como um dos promotores do "rodeio". Ele disse que tudo foi uma "brincadeira".

Procurado, Souza afirmou que "meus pais me orientaram a não falar com a imprensa". Segundo ele, "quando for procurado pela comissão, me manifestarei". O "rodeio" ocorreu em tenda no estacionamento do Centro Esportivo Araraquara.

"O rodeio consistia em pegar as garotas mais gordas que circulavam nas festas e agarrá-las como fazem os peões nas arenas", relata Mayara Curcio, 20, aluna do quarto ano de psicologia, que participa do grupo de 60 estudantes que se mobilizaram contra o bullying.

O processo disciplinar estará a cargo de uma comissão formada por dois professores e um funcionário, assessorados por um advogado. O presidente da comissão é o professor Cláudio Edward dos Reis, do Departamento de Psicologia Experimental.

A primeira reunião da comissão deverá ocorrer logo depois do feriado de Finados.

Daniel Bergamasco/Folhapress



Alunos da Unesp acompanham reunião da congregação universitária da instituição

<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/822248-comissao-tera-60-dias-para-apurar-responsabilidades-pelo-rodeio-das-gordas.shtml>



BANCADA DO SETOR REDUZ-SE NA CÂMARA

De São Paulo
28/10/2010

O diálogo sobre educação entre Executivo e Legislativo não será fácil para o próximo presidente do Brasil. Levantamento do cientista político Daniel Cara, coordenador geral da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, mostra que metade dos parlamentares que formavam a Comissão de Educação e Cultura (CEC) da Câmara dos Deputados e 61% dos suplentes não conseguiram se reeleger.

Segundo ele, o baixo índice de renovação da bancada educacional poderá dificultar e prolongar a tramitação e a aprovação de propostas do setor. O principal prejuízo será a condução do projeto de lei do Plano Nacional da Educação (PNE), que prevê a criação de diretrizes e metas para o setor entre 2011 e 2020. O Ministério da Educação (MEC) vai encaminhar a matéria ao Legislativo ainda este ano, mas a definição deverá ficar nas mãos do novo Congresso.

"O PNE tem que ser negociados com todos os partidos e perder interlocutores é preocupante. O mais grave é que os líderes da área não conseguiram a reeleição, com exceção da Maria do Rosário (PT-RS) e da Fátima Bezerra (PT-RN)", diz Cara. Entre as principais lideranças educacionais que não conseguiram se reeleger, o cientista político destaca Carlos Augusto Abicalil (PT-MT), Brizola Neto (PDT-RJ), Lobbe Neto (PSDB-SP), Nilmar Ruiz (PR-TO), Raquel Teixeira (PSDB-GO), Rogério Marinho (PSDB-RN) e Pedro Wilson (PT-GO).

Embora a renovação tenha sido negativa, o levantamento indica que 16 integrantes da CEC foram reeleitos. Eles deverão ser os principais elos de ligação com o Executivo e entidades da área educacional para a aprovação rápida do PNE, além de terem o papel de estabelecer a agenda do setor na Câmara. O desafio agora, diz Cara, é identificar os parlamentares que deverão ingressar na CEC e contribuir para as discussões do PNE. Alessandro Molon (PT-RJ), Artur Bruno (PT-CE) e Newton Lima Neto (PT-SP) são fortes candidatos.

Daniel Cara acredita que a baixa renovação de parlamentares associados à educação está relacionada com a baixa mobilização em torno do tema durante as campanhas eleitorais no país inteiro. "Mesmo com iniciativas coletivas importantes, como a Carta-Compromisso pela Garantia do Direito à Educação de Qualidade entregue aos presidentiáveis, não conseguimos formar uma mobilização ampla em torno do tema que defendemos. Também faltou um debate mais profundo e objetivo sobre a questão educacional", pondera. (LM)

<http://valoronline.com.br/impreso/politica/100/328881/bancada-do-setor-reduz-se-na-camara>



UNIVERSITÁRIOS QUE FARÃO ENADE PODEM PREENCHER QUESTIONÁRIO PELA INTERNET

Cerca de 450 mil estudantes devem fazer o exame em 21 de novembro.
Preenchimento de pesquisa socioeconômica é voluntário.

Do G1, em São Paulo
26/10/2010 16h56 - Atualizado em 26/10/2010 16h56

Universitários que farão o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade) 2010 podem preencher o questionário do estudante no site do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) até 21 de novembro, data de aplicação da prova. Neste ano, cerca de 450 mil estudantes devem fazer o exame. O preenchimento das perguntas é voluntário, segundo o Inep.

Esta é a primeira vez que a coleta das informações sobre o perfil socioeconômico dos participantes será realizada pela internet, de acordo com o instituto.

Segundo o Inep, as informações do questionário subsidiam indicadores educacionais de qualidade da educação superior, como o Conceito Preliminar de Curso (CPC) e o Índice Geral de Cursos da Instituição (IGC). Dirigentes das instituições de ensino superior podem acompanhar o número de questionários respondidos.

Deverão fazer o Enade deste ano estudantes matriculados no primeiro e no último ano dos cursos de bacharelado em agronomia, biomedicina, educação física, enfermagem, farmácia, fisioterapia, fonoaudiologia, medicina, medicina veterinária, nutrição, odontologia, serviço social, terapia ocupacional e zootecnia, além dos cursos superiores de tecnologia em agroindústria, agronegócios, gestão hospitalar, gestão ambiental e radiologia.

<http://g1.globo.com/vestibular-e-educacao/noticia/2010/10/universitarios-que-farao-enade-podem-preencher-questionario-pela-internet.html>

O PACTO QUE SE QUER

Domingo próximo termina a campanha eleitoral mais rasteira, violenta e vil de que me lembro. Vença quem for, ficará marcada pela intervenção descabida de um presidente como “nunca antes neste país”, que se transformou em cabo eleitoral agressivo e mentiroso, desceu de seu cargo para encarnar um chefe de torcida de baderneiros. O homem se esquece de que um presidente não tem expediente, não fecha a mesa e vai para o botequim (como, certamente, gostaria...), o cargo exige 24h diárias de atenção, dedicação integral. Mas ele não, já que nunca teve o hábito de trabalhar, permite-se deslocamentos a nossas custas, do Oiapoque ao Chuí, infiltrando-se em qualquer palanque, berrando esganichadamente suas bobagens e fazendo acusações despidoradamente (se é que tem algum ou sabe o que é...), despreza a justiça eleitoral, transmuda-se em garoto propaganda exclusivo, não sai do vídeo, aproveitando-se de sua indiscutível popularidade (não somos um país sério...), na tentativa de passar o bastão para a sua xerox da sétima cópia, uma senhora tatibitate, sem currículo e despida de idéias já que apenas reproduz o que seu guru lhe ordena falar. Aliás, o que não se viu em nenhum momento da disputa, foi a apresentação de projetos e planos. Fomos alvos de centenas de promessas vazias, mas de prático, nada. Os debates são encaixotados, falta naturalidade, tudo programado, script decorado, perguntas escolhidas, gestos ensaiados, maquiagem caprichada, tempo reduzido e mensagens dos patrocinadores. De todo o blá-blá-blá que fomos obrigados a ouvir, escapou apenas uma proposta jogada ao léu do candidato da oposição e não repetida, de que faria “um pacto nacional pela educação, sem ideologias e tempo de mandato definido”. Acho que ele andou lendo “bons autores”, tantas escrevi a sugestão, há mais de décadas, neste meu canto guerrilheiro. Se vai se tornar realidade é difícil porque ou o proponente esquece ou a adversária não adotará o que é, claramente, a melhor tentativa para se dar à educação o lugar de destaque que merece e erigi-la como o maior agente do desenvolvimento que tanto ansiamos e que jamais chega. Fui criado com o slogan de que o “Brasil era o país do futuro” que fica como herança para meus netos, pois nunca fomos capazes de criar um modelo nosso, sem plágios, para termos uma educação de qualidade. Estamos nos últimos lugares em todas as faixas nas avaliações internacionais, o ensino fundamental é deficiente e precário, instalações arruinadas, o segundo grau espremido, o abandonado “filho do meio”, sem definição e não mais profissionalizando como devido, universidades públicas carcomidas, vetustas, sufocadas pelo corporativismo arraigado e partidarizada, tudo o que não deveria ser, mas que a autoridade abençoa e incentiva. Precisam saber que a educação não tem donos e siglas, ela está acima de confrontos paroquiais, não pode ser cerceada por humores ou crenças obsoletas, objeto de apaniguados Basta ver em todos os períodos republicanos (ou desde Anchieta...) quantas vezes o MEC foi entregue a um educador. Uma? Duas? E olhe lá, mesmo assim por pouco tempo, demissão rápida. O Estado tem por missão precípua cuidar da educação, segurança e saúde e falha lamentavelmente nos três setores. O Estado é incompetente, lerdo, mastodôntico e sujeito sempre à corrupção que desvia verbas, faz projetos mirabolantes que rendem altas comissões e não saem do papel, impede idéias criativas e ágeis, quando não interfere no que está dando certo. Por que a guerra aberta contra a iniciativa privada que responde por 75% das matrículas nos cursos universitários. A Constituição (art.207) assegura a liberdade como deve ser em um regime democrático, mas os ditames maiores não são respeitados e, mais, fizeram a “a lei do calote” depois de sessenta e seis reedições de medida provisória à época de Itamar Primeiro e Único, violando o Código Civil que é claro ao proclamar que “ninguém é obrigado a cumprir sua obrigação, se a outra parte não o faz”. Gostaria de que o calote incentivado valesse também para impostos, taxas, IPTU, contas luz, telefone, água e que tais. Como são incompetentes graduados, valem-se da educação particular para alojar os candidatos do Prouni, impondo-o às instituições filantrópicas e oferecendo compensação no pagamento do INSS para as comerciais, ou seja, eles não podem abrigar os postulantes ao terceiro grau e têm de se utilizar da iniciativa privada atemorizada. Recordo-me de que quando surgiu o Prouni, em reunião do sindicato, todos os representantes dos estabelecimentos o refutaram a proposta, para, no dia seguinte, aderirem na calada, como receio de retaliações da autoridade, o que eu esperava porque conheço meu gado, sei que não abandona a genuflexão servil diante do poder, em vez de contestá-lo, como seria devido, para realizar um debate franco sobre os rumos possíveis e verdadeiros que desejamos para nossa educação, visando à construção do futuro que não veremos, mas que nos cabe o dever de deixar uma herança útil, produtiva e progressista, justificando o slogan secular. As autoridades olham para o próprio umbigo,

particulares se agacham e cuidam do balanço, restam poucos para lutar pela liberdade de ensinar, vozes roucas a gritar pela qualidade, pela honestidade do gesto e da palavra. Sempre cultuei o lema “recuar nunca, render-se jamais”, daí continuo na liça e a brigar até quando a prorrogação da minha vida já nos descontos, o permitir.

Não abri parágrafos, mas enfileiro PSs...

PS1: Acontece... Li o texto de Ricardo Noblat que diz: “Minha filha, tente ser mais original (...).Mostre que está sintonizada com ele, mas evite repetir as mesmas palavras que ele usa, os mesmos argumentos. Você não é boneca de ventríloquo”. Ora, ora, meus sete leitores sabem que faz tempo que é desta maneira que me refiro à “fantoche”ou “marionete”(outros epítetos de que me utilizo). Sei que idéia não se registra e fico até elogiado...

P.S.2:Diga aí: se os filhos da personagem de pesadelo conseguiram arrumar propinas, deveu-se ao trabalho e prestígio próprios ou ao da mamãe, pobre inocente?

P.S.3: Muitas vezes sugeri: por que não se proíbe o tráfego de caminhões nos fins de semana e feriados, descongestionando as estradas? Peguei quatro caminhões longos que engarrafaram a serra, por tomarem as duas pistas para fazer curvas. E o que dizer quando resolvem fazer “pegas” a 25km/h, 30km/h fechando as vias?

Prof. Antonio Luiz Mendes de Almeida
(FD 490 10/28.10.10)